

Dossiê Temático

Nos contornos do corpo e da saúde: entre temas, problemas e perspectivas

Esmael Alves de Oliveira (org.)¹
Universidade Federal da Grande Dourados

Marcos Aurélio da Silva (org.)²
Universidade Federal de Mato Grosso

Ceres Gomes Vítora (org.)³
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

OLIVEIRA, Esmael Alves de; SILVA, Marcos Aurélio da; VÍTORA, Ceres Gomes. **Nos contornos do corpo e da saúde: entre temas, problemas e perspectivas – apresentação ao dossiê.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 6 (12): 11-24, agosto a dezembro de 2019. ISSN: 2358-5587

¹ Professor adjunto, do curso de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAS/UFMS). Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2014), com pós-doutorado junto ao Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS/UFRGS, 2018).

² Professor adjunto do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFMT). Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2012), com pós-doutorado junto ao INCT Brasil Plural (UFSC, 2014).

³ Professora titular do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS). Doutora em Antropologia pela Brunel University (1996), pós-doutorado na Johns Hopkins University (2011).

Apresentação

O presente dossiê surgiu motivado pelo diálogo estabelecido entre os organizadores em torno das discussões sobre corpo e saúde. Trata-se de um tema clássico na antropologia e que, apesar do tempo, vem demonstrando estar longe de chegar ao esgotamento. Pelo contrário, a partir de perspectivas teóricas e metodológicas distintas, de diferentes campos disciplinares, dos distintos objetos/problemas de pesquisa, tanto antigos quanto novos pesquisadores e pesquisadoras, seja do campo da Antropologia, da Psicologia, da Medicina e da Saúde Coletiva, vêm demonstrando a atualidade e vitalidade do campo.

Um breve (e precário) balanço

Esse constante vigor não é resultado do acaso, mas resulta de uma série de trabalhos etnográficos realizados no Brasil ao longo de décadas. Importa dizer que a primeira geração de antropólogos e antropólogas preocupados com a discussão de saúde também foi responsável pela formação de toda uma geração de pesquisadores e pesquisadoras. É caso de Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ)⁴, Esther Jean Langdon (UFSC)⁵, Ondina Fachel Leal (UFRGS)⁶, Paula Montero (USP)⁷, José Francisco Quirino dos Santos (USP)⁸, Maria Andrea Loyola (UERJ)⁹, Sergio Luis Carrara (UERJ)¹⁰, Sônia Weidner Maluf (UFSC)¹¹, Ceres Gomes Víctora (UFRGS)¹², Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA)¹³, entre outras.

Nesse movimento de constituição, alguns trabalhos¹⁴ mostram-se como

⁴ Luiz Fernando Dias Duarte foi responsável por orientar trabalhos como o de Fabíola Rohden (mestrado e doutorado), Octavio Bonet (mestrado e doutorado), Carmen Dora Guimarães, Sergio Carrara (doutorado), Rogério Azize (doutorado), entre outros.

⁵ Algumas de suas ex-orientandas: Sônia Weidner Maluf (mestrado), Alberto Groisman (mestrado), Maria Lúcia da Silveira (mestrado), Marcos Antônio Pellegrini (mestrado e doutorado), Nadia Heusi Silveira (mestrado e doutorado), Eliana Diehl (doutorado), Waleska de Araújo Aureliano (doutorado), Everton Luís Pereira (mestrado e doutorado), entre outras.

⁶ Foram orientadas por Ondina Fachel Leal: Ceres Gomes Víctora (mestrado), Daniela Riva Knauth (mestrado), Zulmira Newlands Borges (mestrado e doutorado), Jaqueline Teresinha Ferreira (mestrado), dentre outras.

⁷ Embora suas orientações majoritariamente tenham sido voltadas para o campo das religiões, sua tese de doutorado (MONTERO, 1985), sob orientação de Eunice Ribeiro Durham, pode ser considerada um marco nas discussões sobre formas alternativas de cura.

⁸ Entre suas ex-orientandas destacam-se figuras como Eunice Nakamura (mestrado e doutorado) e Denise Martin (mestrado e doutorado).

⁹ Entre suas ex-orientandas estão: Francisco Inácio Pinkusfeld (mestrado), Regina Maria Barbosa (mestrado), Marilena Cordeiro Dias Villela Corrêa (mestrado e doutorado), Elisabeth Palatinik (mestrado e doutorado), Pedro Villela Capanema Garcia (mestrado), Anapaola Frare (doutorado), Patrícia Ávila (doutorado), entre outras.

¹⁰ Sergio Carrara, ex-orientando de Luiz Fernando Dias Duarte, pesquisou entre outras coisas, a epidemia de sífilis no Brasil. Enquanto professor da UERJ foi responsável pela formação de Rachel Aisengart Menezes (mestrado e doutorado), Guilherme Silva de Almeida (doutorado), Ruth Helena de Souza Britto (doutorado), entre outras.

¹¹ Sônia Maluf, professora emérita da UFSC, coordenadora do Transes (Núcleo de Antropologia do Contemporâneo), teve sua trajetória marcada pelas discussões de movimentos nova era e também pela questão do sofrimento mental. Entre suas ex-orientandas destacam-se: Rogério Lopes Azize (mestrado), Sílvia Cardoso Bitencourt (doutorado), Ana Paula Muller de Andrade (doutorado), Érica Quinaglia Silva (doutorado), entre outras.

¹² Ceres Víctora, ex-orientanda de Ondina Leal no mestrado, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS), atualmente envolvida com as discussões em torno da antropologia das emoções, conta entre suas ex-orientandas Elizabeth Zambrano (mestrado), Veronica Perez (mestrado), José Miguel Nieto Olivar (doutorado), Monalisa Dias de Siqueira (doutorado), entre outras.

¹³ Miriam Rabelo tem orientado trabalhos na interface corpo, saúde e religião (especificamente no Candomblé). Entre suas ex-orientandas destacam-se Osvaldo Bastos Neto (mestrado), Sueli Ribeiro Mota Souza (mestrado), Marcelo Magalhães (mestrado), João Tadeu de Andrade (doutorado), Litza Cunha (doutorado), entre outras.

¹⁴ Foge do escopo da presente apresentação uma exposição exaustiva de todos os trabalhos realizados no Brasil no campo da antropologia da saúde. Para uma melhor localização recomenda-se a leitura do artigo “Antropologia da saúde: entre práticas, saberes e políticas” (MALUF, QUINAGLIA SILVA e SILVA, 2020).

grandes marcos¹⁵. É o caso do livro de Maria Andréa Loyola, *Médicos e curandeiros: conflito social e saúde*, publicado em 1984, em que a autora apresenta uma importante reflexão sobre os tensionamentos e processos de negociação entre medicina oficial e medicina popular. Ainda nessa interface entre *saúde e sistemas de crença* é que se localiza o trabalho de Paula Montero (1985), resultado de sua tese de doutorado defendida em 1983, o livro *Da doença à desordem: a magia na umbanda* reflete sobre os mecanismos que cercam a cura mágica na umbanda.

Outro trabalho importante da década de 1980 é a tese de doutorado de Luiz Fernando Dias Duarte (1988), defendida em 1985, *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Seu trabalho foi pioneiro na compreensão dos processos de subjetivação e saúde entre camadas populares. Décadas depois, a dissertação de Maria Lucia da Silveira (2000), orientada por Jean Langdon e defendida em 1998, dando origem ao livro *O nervo cala, o nervo fala: a linguagem da doença*, oportunizaria uma ampliação das discussões sobre “nervos” a partir de uma perspectiva de gênero.

Na passagem da década de 1980 para a década de 1990 destacam-se os trabalhos de Sergio Carrara, produtos de sua dissertação de mestrado e tese de doutorado, respectivamente: *Crime e loucura: O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século* (dissertação defendida em 1987 e publicada apenas em 1998) e *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40* (tese defendida em 1995 e publicada em 1996). Ambas as pesquisas, embora com recortes distintos, apresentam críticas contundentes aos dispositivos de saber-poder científicos responsáveis pela produção de violências e estigmatizações.

Ainda na década de 1990, diferentes pesquisadoras buscarão compreender a discussão de saúde a partir do ponto de vista de grupos populares. Nesse enquadre destacam-se os trabalhos de Ceres Gomes Víctora, *Mulher, Sexualidade e Reprodução: Representações de Corpo em uma Vila de Classes Populares em Porto Alegre*, dissertação defendida na UFRGS em 1991, e de Daniela Riva Knauth, *Os Caminhos da Cura: Sistemas de Representações e práticas sociais sobre doença e cura em uma Vila de Grupos Populares*, dissertação também defendida na UFRGS em 1991, trabalhos orientados por Ondina Fachel Leal no âmbito do Núcleo de Pesquisas em Antropologia do Corpo e da Saúde - NUPACS.

Importa mencionar ainda a importância de algumas coletâneas voltadas ao tema. É o caso dos livros: *Corpo e Significado: Ensaio de Antropologia Social*, organizado por Ondina Fachel Leal (1995); *Doença, Sofrimento e Perturbação: perspectivas etnográficas*, organizado por Luiz Fernando Dias Duarte e Ondina Fachel Leal (1998); *Antropologia da Saúde: Traçando Identidade e Explorando Fronteiras*, organizado por Paulo Cesar Borges Alves e Miriam Cristina Rabelo (1998); e *Experiência de doença e narrativa*, organizado por Miriam Cristina Rabelo, Paulo Cesar Borges Alves e Iara Maria Souza (1999) que inauguraram a coleção Antropologia e Saúde da Editora Fiocruz.

¹⁵ Vale mencionar a importância de iniciativas como a da Fiocruz que por meio da coleção “Antropologia & Saúde” vem contribuindo ao longo dos anos com a divulgação de importantes trabalhos na área da antropologia da saúde do/no Brasil.

Perspectivas contemporâneas

Em se tratando das produções de uma antropologia do corpo e da saúde, a diversidade de pesquisas, campos, teorias e metodologias contemporâneas apontam não apenas para uma releitura do que até então foi produzido pelos clássicos da antropologia brasileira, mas também, e principalmente, para novos desdobramentos. Não precisamos fazer um levantamento exaustivo para constatar a dinamicidade que atravessa a produção de uma antropologia da saúde a partir do eixo sudeste-sul. Nesse sentido vale lembrar as pesquisas de toda uma nova geração de pesquisadores e pesquisadoras que a partir de suas trajetórias na pós-graduação tem renovado e atualizado com rigor e criatividade esse campo.

Alguns trabalhos nesse sentido são emblemáticos. A tese de doutorado de Soraya Resende Fleischer (2011), *Parteiras, buchudas e aperreios: Uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará*, nos oportuniza refletir sobre os processos de cuidado obstétrico em contextos não medicalizados como os das parteiras. Ao somar com os estudos sobre parto no Brasil (TORNQUIST, 2004; CHAZAN, 2007; CARNEIRO, 2011), por meio da trajetória de uma importante parteira em uma cidade paraense, a autora reflete não apenas sobre processos de cuidado, mas também sobre saberes, conflitos e reciprocidades.

A partir de outro cenário etnográfico, Waleska de Araújo Aureliano tanto em sua dissertação *Compartilhando a experiência do câncer de mama: grupos de ajuda mútua e o universo social da mulher mastectomizada em Campina Grande (PB)*, defendida em 2006, quanto em sua tese *Espiritualidade, Saúde e as Artes de Cura no Contemporâneo: indefinição de margens e busca de fronteiras em um centro terapêutico espírita no sul do Brasil*, defendida em 2011, tem percorrido com sagacidade o campo das chamadas doenças raras e também das chamadas terapias alternativas.

Com relação ao campo da medicalização, destaca-se o trabalho de Rogerio Lopes Azize que, tanto na dissertação de mestrado *A química da qualidade de vida: uso de medicamentos e saúde em classes médias urbanas brasileiras*, defendida em 2002, quanto na tese de doutorado *A nova ordem cerebral: a concepção de 'pessoa' na difusão neurocientífica*, defendida 2010, tem refletido sobre as nuances que cercam o fenômeno da medicalização da vida. O autor tem atentado para a dimensão política e econômica que cercam práticas que se dizem meramente científicas. O mesmo pode-se dizer do trabalho de Eunice Nakamura. Sua tese de doutorado, que deu origem ao livro *Depressão na infância: uma abordagem antropológica* (2016), mostra-se como um marco importante na compreensão e desnaturalização dos fenômenos do campo psi.

Outro campo importante é o que tem se voltado para as discussões da noção de risco. Nesse campo tanto o trabalho de Leila Sollberguer Jeolás, *Risco e prazer: os jovens e o imaginário da Aids* (2007), quanto o de Denise Martin, *Riscos na prostituição: um olhar antropológico* (2003), foram importantes ao problematizar que uma compreensão meramente epidemiológica de “risco” está longe de abarcar as nuances e complexidades que cercam sujeitos e suas práticas.

Importa dizer que as pesquisas produzidas no contexto sul/sudeste não se esgotam nas acima elencadas. Pelo contrário, trata-se de um campo diverso e extremamente vasto e que precisaria ser devidamente investigado em trabalhos futuros e mais sistemáticos (o que escapa aos objetivos da presente apresentação). Seria injusto de nossa parte reduzir a dinamicidade deste campo ao eixo sul-sudeste.

A emergência e consolidação dos programas de pós-graduação em antropologia nos eixos norte-nordeste e centro-oeste dão conta também de uma efervescência de pesquisas na área da antropologia do corpo e da saúde. Observa-se que ainda prevalece certa invisibilidade dos trabalhos que são produzidos nesses contextos. O que temos observado a partir de nossas inserções em programas de pós-graduação situados no centro-oeste do Brasil, de nossas pesquisas e orientações, é que se trata de um contexto que precisa ser mais visibilizado no cenário da antropologia brasileira. Esse “Brasil profundo” tem não apenas revisitado temas clássicos da antropologia, como também vem dando mostras de uma dinamicidade e criatividade impressionante.

Especificamente em relação a essa região do país, levando em consideração suas complexas realidades socioculturais, temos observado uma proliferação de debates, pesquisas, produções e redes que em nada deixam a desejar aos programas e produções mais consolidados. Além disso, as especificidades aqui encontradas apontam para horizontes e possibilidades que não seriam facilmente contemplados caso fôssemos como meros receptáculos ou reprodutores daquilo que tem sido produzido em outras regiões do país. A histórica presença de populações indígenas e quilombolas, tanto no Mato Grosso quanto no Mato Grosso do Sul (este último ocupa nada menos do que o segundo lugar em população indígena do país, enquanto o primeiro tem em torno de 80 comunidades quilombolas e 42 etnias indígenas), a preponderância de um estilo de vida urbano-agro-rural, o peso do capital político e econômico do agronegócio e os constantes conflitos interétnicos por aqui produzidos nos estimulam a ter um olhar específico para os problemas aqui existentes e que, direta ou indiretamente, impactam e influenciam nossas agendas de pesquisa.

Assim, vale a pena mencionar alguns trabalhos já defendidos e/ou em andamento e que demonstram o vigor do campo nessas paragens profundas. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Sociocultural da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGant/UFGD), em seus quase dez anos de existência, tem orientado diversos trabalhos correlacionados às discussões de corpo e saúde. Assim, alguns temas se destacam: saúde indígena, gênero e sexualidades ou mesmo direitos sexuais e reprodutivos (p. ex. aborto). Entre os egressos, destacam-se os trabalhos de Lauriene Seraguza Olegario e Souza, *Cosmos, corpos e mulheres Kaiowa e Guarani de Aña à Kuña*, dissertação defendida em 2013; Mariana Pereira da Silva, *Entre vivências & narrativas de jarýi parteiras de Amambai (MS) e AIS do posto de saúde Bororo II/MS*, defendida em 2013; Vivian Manfrim Muhamed Zahra, *As representações da(o)s transexuais nas aldeias arquivos do TJRS. O Poder da nomeação, eis a grande questão*, defendida em 2014; Marcia Maria Rodrigues Rangel, *Aborto: o segredo em julgamento*, 2015; Graziela Britez Turdera, *No meio do caminho saúde indígena havia o cuidado do estado, havia o cuidado do estado no meio do caminho? Reflexões genealógicas etnográficas sobre produções de saúde na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul*, 2016; Gabriela Barbosa Lima e Santos, *Saúde indígena: práticas de cura na tradição de conhecimento entre os Kaiowá e Guarani em situação de acampamento no cone sul de Mato Grosso do Sul*, 2016; Adrielle Freire de Souza, *Entre discursos e territorialidades: uma análise antropológica das práticas institucionais no hospital universitário da Grande Dourados (MS)*; e Jéssica Camile Felipe Tivirolli com a dissertação intitulada *Em torno da fogueira: algumas reflexões ontológicas sobre encontros e narrativas em torno da Saúde Indígena* (defendida em 2020).

Atualmente em desenvolvimento no PPGant estão as pesquisas de Obonyo

Meireles Guerra (“Quando corpo, gênero e saúde se encontram: Algumas reflexões sobre os itinerários terapêuticos da infertilidade feminina no contexto moçambicano”) e Joalisson Oliveira Araujo (“O segredo de Lourival”: Uma netnografia sobre corpo e gênero em Mato Grosso do Sul).

Já na Universidade Federal de Mato Grosso, duas frentes se abrem aos temas da Antropologia da Saúde e do Corpo, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e no Instituto de Saúde Coletiva (ISC). No primeiro, cabe destaque a uma das primeiras dissertações defendidas no programa, *Entre ruas, pedras e sujeitos: uma etnografia sobre o crack por trajetos cuiabanos*, de Susana Sandim Borges (2016), e trabalhos realizados ou na interface entre saúde e gênero, como *A dona da rua: Territorialização e Performance de gênero a partir da prostituição de travestis na baixada cuiabana*, de Haydeé Tainá Schuster (2019), ou na interface entre corpo e literatura, *Corpos Híbridos: o estranho como devir na Literatura Especulativa*, de Járede Oliver de Miranda. Já na Saúde Coletiva, destaque para os trabalhos de Reginaldo Silva de Araújo, nos livros *Doença falciforme: da politização pelo movimento negro como doença étnico-racial às associações representativas dos falcêmicos como doença específica* (2017) e *Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena no Brasil: dilemas, conflitos e alianças a partir da experiência do Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu* (2019).

Em cena, uma geração nova de pesquisadores e pesquisadoras que a partir de formações e campos distintos, interesses de pesquisa variados, referenciais teóricos diversos, se aproximam do referencial da antropologia do corpo e da saúde para produzirem uma antropologia comprometida com o contexto no qual estão inseridos e, dessa forma, trazem um novo vigor a um campo já consolidado.

Sujeitos, Estado e políticas públicas: a força da etnografia

Os artigos do dossiê que, aqui apresentamos, de alguma forma, refletem essas linhagens e também apontam para algumas linhas importantes que desenham as antropologias da Saúde e do Corpo, quando estas passam a dialogar de forma mais sistemática com as políticas públicas e, por consequência, o Estado e suas pressuposições e produções de sujeitos, sujeitos esses que passaram a se constituir nessa mesma interface com o Estado, muitas vezes desafiando-o, na luta por direitos e pelo alargamento das políticas. Neste sentido, torna-se fundamental lançar luzes sobre a etnografia como um aporte teórico metodológico que tanto faz ver tais experiências, quanto é possível ver um “estado de baixo” (MALUF, 2018: 25), ou seja, não apenas nos enunciados de leis e portarias, mas no cotidiano dos serviços e dos profissionais.

Não podemos nos furtar de falar da força da etnografia, neste sentido, ao trazer desde as experiências de grupos invisibilizados e alijados das políticas públicas até as narrativas de coletivos já reconhecidos e atendidos, mas que são vistos de forma parcial e/ou não são ouvidos por gestores e profissionais. Assim, a presente coletânea se fundamenta em etnografias de consultas, prontuários, cotidiano de doentes crônicos, alimentação, conversas de sala de espera, itinerários terapêuticos pela cidade, práticas desportivas, sensações corporais, documentos e práticas profissionais. Levando a sério o que dizem, pensam e fazem os sujeitos, a etnografia aponta caminhos e, assim, como sugerem Maluf e Andrade (2017: 177):

cabem perguntar a esses sujeitos o quanto o reconhecimento dessas políticas, saberes e práticas, assim como a especificidade com que vivem a aflição, o sofrimento ou o

adoecimento, pode contribuir para que se repense a dinâmica de funcionamento das instituições e dos dispositivos do Estado no campo das políticas públicas, do reconhecimento e dos direitos. (MALUF e ANDRADE, 2017: 177)

Assim, talvez seja possível pensar em três linhas temáticas em que esses artigos podem ser apresentados, não esgotando, no entanto, o escopo e a abrangência dessas pesquisas, tampouco resumem as muitas antropologias do Corpo e da Saúde em produção.

1. Modos contemporâneos de subjetivação em diálogo com o campo da saúde. Abrimos a coletânea com quatro artigos que colocam em relevo as percepções de sujeitos – doentes ou cuidadores – sobre corpos e como tais percepções desencadeiam agências que dialogam com ou desafiam os saberes hegemônicos na área da saúde. O artigo de Soraya Fleischer, *Pulmão murcho, manchado ou esburacado? Concepções sobre a DPOC entre idosos de classe popular no Distrito Federal*, traz aportes para uma antropologia das doenças pulmonares, a partir das concepções de sujeitos diagnosticados com as chamadas Doenças Pulmonares Obstrutivas Crônicas (DPOC). A percepção que esses sujeitos têm de seus pulmões, além de poder ser pensada em relação à adesão ao tratamento ou à desconfiança em relação aos procedimentos biomédicos, também está atrelada ao imaginário das doenças pulmonares, como a tuberculose e a pneumonia – carregadas de estigmas, ao contrário da DPOC, que não necessariamente é vista como doença.

Em *Raridades em causa: práticas ativistas de pacientes e familiares com doenças raras no Distrito Federal*, Victor Cezar Sousa Vitor aborda a trajetória de vida de ativistas sociais no “campo das Raras”, ou seja, pessoas que vivenciam os movimentos sociais em saúde, cuja experiência individual com a doença – com um parente ou consigo – torna-se um projeto coletivo. As entidades, que se entrelaçam com a história pessoal dessas mulheres, relacionam-se diretamente com o Estado e lutam pela “estatização de doenças historicamente invisibilizadas”, ou seja, o reconhecimento de sua gravidade como uma ameaça do direito à vida, uma vez que o fato de serem raras muitas vezes são um motivo para que deixem de ser alvo de preocupação, seja nos serviços de saúde, seja na formação dos futuros médicos.

Essas experiências de parentes frente à cronicidade de doenças também têm dado fôlego às pesquisas que têm repensado o papel de cuidadoras, mulheres que, por uma série de questões marcadas por gênero, passam a ter como projeto de vida o cuidado de pais, maridos ou filhos. O artigo de Cíntia Liara Engel, *Óleo de coco, banha de porco, prazer de comer e os deslizamentos do saudável: manejos de versões da Doença de Alzheimer a partir de terapias alimentares*, mostra como essas cuidadoras se engajam num campo de poder-saber na busca de uma vida melhor a parentes acometidos pela doença. A discussão gira em torno do consumo de alimentos – um ponto pouco abordado, segundo a autora, na complexidade da doença. A partir do exemplo do óleo de coco, que passou a ser visto como auxiliar nos tratamentos, Engel etnografa mulheres que se engajam em redes das quais fazem parte especialistas, fazendo com que elas desenvolvam expertises e sejam questionadoras de verdades prontas.

O artigo *Desenvolvimento infantil e deficiência: notas etnográficas sobre a Síndrome Congênita do Vírus da Zika*, de Thais Maria Valim, também se volta à etnografia de serviços de saúde e ao acompanhamento de cotidiano de pacientes e seus parentes para mostrar como as concepções padronizadas de corpos – difundidas a partir da biomedicina do Estado e ganhando o senso comum –

constroem mundos de abjeções e vidas estigmatizadas para as crianças acometidas pela microcefalia em decorrência da Zika. Valim recupera a história das percepções coletivas sobre deficiência, profundamente biomédicas, em que a pessoa com características fora de um padrão é pensada como “desvio da natureza” ou “desordem biológica”. Com relatos de mães que tiveram diagnósticos comunicados de forma trágica com pouca esperança e com base em estudos que pensam o “corpo deficiente” como um outro corpo possível, preenche de outras possibilidades de aprendizado e desenvolvimento, a autora propõe um novo olhar sobre deficiências e doenças como forma de “estar no mundo” e não como falta em relação ao mundo.

2. Corporalidades que desafiam os saberes hegemônicos na saúde. O artigo de Valim também revela o desafio que tais corpos em dissidência apontam para os saberes da biomedicina que fundamentam o Estado e suas biopolíticas. A etnografia de grupos invisibilizados ou marginalizados e suas corporalidades faz da Antropologia da Saúde um campo de saber que, ao iluminar essas práticas e saberes, põe em relevo o desafio que se coloca às lógicas corporais ocidentais. Três artigos da presente coletânea mostram que o campo do gênero e da sexualidade mantém sua fertilidade na resignificação das dissidências corporais e a pressão que se exerce sobre os serviços de saúde e o saber biomédico. Um quarto artigo recupera o vigor da Etnologia Indígena e suas bases brasileiras que mostraram como o corpo é um idioma central para as sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul (SEEGGER, DAMATTA e VIVEIROS DE CASTRO, 1979). E outros dois mostram, como os corpos, – sejam insones ou maratonistas – tanto excedem qualquer formulação que possa ser feita quanto estão sempre abertos a tornar obsoletos os limites e possibilidades pensados em termos biomédicos e biológicos – limitantes e limitados.

Júlio Ferro Nascimento, no artigo *Nem só de hormônio vive o homem: representações e resistências de homens transexuais (1984-2018)* aponta a padronização de experiências *trans* pelo olhar da imprensa que, nas reportagens realizadas parecem reduzir esses sujeitos ao uso de hormônios ou outras questões ligadas às esferas do corpo e da saúde. A pesquisa inclui a vida de João Nery – psicólogo, escritor e ativista, o primeiro homem trans brasileiro a circular e se tornar conhecido através de reportagens por conta da publicação do livro *Viagem Solitária* – e entrevistas com homens trans. Nascimento mostra que o recurso a procedimentos biomédicos, como cirurgias e hormônios, não está acessível a todo e qualquer sujeito trans, o que também abre caminho pra se pensar que, apesar da importância delas, não são essas experiências corporais de base biomédica que determinam uma identidade trans ou definem os sujeitos, mas sua autopercepção como homem.

Num caminho muito semelhante, o artigo *Regimes de visibilidade/conhecimento nas experiências da “(des)montagem” e do “(não) passar” por homem e/ou mulher*, de Tiago Duque, consiste numa etnografia de sujeitos que se constroem na relação com os saberes dominantes de gênero e sexualidade, sem deixar de produzir certa fluidez, para além dos binarismos. Ao contrário das políticas identitárias que, muitas vezes, permeiam políticas públicas, postulando certos corpos e sujeitos padronizados, os LGBTs entrevistados constroem experiências *queer*, ao realizarem “montagens estratégicas” em que podem articular elementos mais masculinos ou femininos em seus corpos, de acordo com diferentes situações socioculturais. Pensar gênero de forma não binária é ainda fonte de especulações quando se coloca em foco os serviços de saúde ou mesmo os sistemas de

ensino, em que os sujeitos precisam construir gêneros inteligíveis contra os fantasmas da abjeção, pois são generificados nas anátomo-políticas moderno-contemporâneas (FOUCAULT, 1987), da sala de aula ao consultório.

Pressupondo identidades de gênero e/ou identidades sexuais estanques, ou sujeitos cidadãos conscientes que basta terem acesso à informação para seguirem “boas práticas de saúde”, os serviços e suas campanhas de prevenção podem levar a desenvolvimentos outros. Vladimir Bezerra, no artigo *Representações da pele na experiência do sexo bareback entre homens na cidade do Rio de Janeiro* traz a realidade das relações sexuais sem preservativo, um desafio às políticas públicas que têm nesta forma de prevenção a principal aposta contra a disseminação da Aids. O autor investiga os sentidos que os sujeitos atribuem à pele, numa etnografia em que a produção de dados se dá a partir da produção de sensações corporais, de pesquisador e pesquisados. O trabalho é importante para se pensar que as políticas de saúde impulsionam modos de subjetivação não apenas adesistas, mas também dissidentes, tais como a de sujeitos que veem no sexo sem preservativo uma forma de liberdade. Nesse universo, um diagnóstico positivo de HIV pode significar a retirada de um “peso nos ombros”, quando o fantasma da doença deixa de pairar sobre todo e qualquer contato sexual.

Tais aberturas de corpos para novas possibilidades de autocuidado e saúde desafiam a cultura ocidental que, pelo menos em seus discursos hegemônicos produzidos sob a influência da biomedicina, constitui *corpos fechados* em si mesmos, compostos de órgãos com funcionalidades específicas e delimitados na própria pele, como um limite da própria individualidade. O olhar para “outros corpos” ou outras possibilidades de construí-los aponta para uma história da Antropologia, anterior mesmo à constituição de uma Antropologia da Saúde, em que as cosmologias não ocidentais colocam em xeque um corpo anterior à cultura, pronto, delimitado e mera superfície de inscrição social.

A produção de corpos desafiante ao Estado e biomedicina, borrando também fronteiras entre saúde e doença, fica evidente nas cosmologias ameríndias que há muito contribuem para uma antropologia das noções de pessoa e corporalidade. No artigo *Nanaa: o corpo como lugar de nomeação pessoal*, Fabio de Sousa Lima, Danielle Pereira Lima e Olendina Cavalcante mostram como os Wapichana, grupo indígena de Roraima, elaboram as noções de corpo e pessoa pela palavra, ou seja, a partir de “possibilidades multivocais de modelagem do corpo através de diversos tipos de ações”. Como a nomeação, em que o nome acopla uma alma ao corpo, tornando-o pessoa, ou seja, não há corpo “biológico” pronto a tornar-se pessoa. Citando Sônia Maluf (2001), os autores mostram a construção contínua juntamente de um corpo que também é construído nesse processo, como, por exemplo, no engrossamento do sangue que supõe um corpo saudável – um ponto que certamente choca-se com as teorias ocidentais biomédicas de saúde.

Patamares de saúde, biologia e os limites do corpo também são colocados à prova na pesquisa de Isabel Siqueira, relatada no artigo *“A dor e o incômodo são passageiros, mas o orgulho é eterno”: incitação e evitação da dor entre atletas de ultramaratona*. A autora narra a perspectiva de participantes de provas de corrida cujos percursos têm 235 quilômetros e exigem muito dos atletas, para além do que é considerado “normal” ou possível. Diluindo a fronteira entre dor e prazer, as experiências desses atletas mostram que a dor – vista como sintoma na perspectiva biomédica – e as próprias classificações sensoriais são construídas a partir de uma rede de relações que incluem outros atletas, patrocinadores, parentes, discursos de superação. Situações, à primeira vista dolorosas, podem ser

pensadas como tranquilas, quando representam a conquista de um objetivo. Na tradição antropológica do corpo que inclui nomes como Mauss (2003), Csordas (2008) e Le Breton (2010), Siqueira nos fala de um corpo nada pré-cultural que aguarda uma inscrição social, mas “agente ativo na criação de mundos”. Nesse sentido, não são eventos isolados nem manifestação de uma suposta “natureza”, mas produto de contextos e interações, em que precisamos pensar no prazer associado à dor na produção dos corpos dos ultramaratonistas.

Os esportes e outras técnicas corporais (MAUSS, 2003), ainda que apresentem questionamentos aos limites do corpo biológico pré-estruturado, com o tempo são absorvidos como possibilidades numa cultura voltada à maximização da produtividade a partir de máquinas e de corpos. Até porque o pensamento do corpo biológico, pronto, pré-formado não exclui as possibilidades de moldagem, “conserto” ou melhora – vide toda uma indústria estético-fármaco-cirúrgica voltada para isto. Mas quando o corpo possível aponta na direção oposta dos ditames de tal produtividade? *O Corpo Insono (C.I): do sono como dispositivo, da insônia como gestus*, artigo de Potyguara A. dos Santos, Carolline Pinho e Mônica Araújo, traz um interessante conflito de saberes: de um lado, uma indústria bio-fármaco-médica se volta à insônia como um problema de saúde contemporâneo; de outro, a experiência da insônia a partir dos insones e suas narrativas de noites em claro. Talvez o corpo insone seja menos um “não conseguir dormir” e mais um “não querer”, ou seja, uma outra corporalidade possível, uma outra leitura corporal do tempo para além das horas “úteis” do dia e dos pares *noite/descanso, dia/trabalho* naturalizados.

3. Sujeitos, instituições e serviços de saúde. Encerram este dossiê, quatro artigos que se coadunam ao colocar em perspectiva a atuação de instituições e dos praticantes das políticas do Estado ou a relação dos sujeitos em relação a instituições que promovem ou se entrelaçam a modos contemporâneos de subjetivação. Não se trata de uma exclusividade desses artigos, já que a maioria dos trabalhos que compõem este dossiê produzem o que Maluf e Andrade (2017: 180) chamam de “antropologia do Estado e das políticas públicas”, a partir do confronto “dessas políticas com as experiências sociais [o que] poderia contribuir para uma avaliação qualitativa das próprias políticas públicas”. A partir dessas experiências é possível “que se repense a dinâmica de funcionamento das instituições e dos dispositivos do Estado” (idem: 177).

Ao trazer à tona narrativas de jovens que cumpriram medidas socioeducativas, o artigo *O “veneno” e a adrenalina na “vida do crime”: corpo, emoções e subjetivação*, de Danielle Vieira, relata trajetórias marcadas por sentimentos conflitantes: de um lado, a dor e a angústia (o “veneno”) da privação da liberdade, do outro, a adrenalina das experiências que geram conflitos com a lei – ultrapassando a ideia do “*ethos* guerreiro” que marcaram etnografias clássicas da área. O “veneno”, categoria êmica que indica um conjunto de emoções negativas – e que nos faz repensar que tipo de ressocialização é esta –, se produz nos castigos, torturas e “ortopedias morais” dessas instituições, onde a presença do Estado se faz nas marcas visíveis no corpo. O “veneno” fortalece o corpo na sua constituição como sujeito e potencializa a adrenalina da vida “lá fora”, pensada na brevidade diante da possibilidade da morte. Vieira também aponta para questões importantes como a medicamentação (ritalina, antidepressivos e outras drogas lícitas) desses jovens, como política de docilização desses corpos, bem como aponta para os efeitos terapêuticos da narrativa tomada como metodologia privilegiada em suas incursões etnográficas nas instituições: a narrativização, tomada não como

representação de experiências, mas a constituição delas, torna-se neste caso uma oportunidade para esses jovens desabafarem o “veneno”.

Esse olhar etnográfico para as instituições e políticas, nos aponta para como os protocolos de atenção e os dispositivos do Estado estão marcados a “agências imprevistas” (MALUF e ANDRADE, 2017: 175) por parte dos profissionais que “fazem” o Estado em suas práticas. Esse também é um dos apontamentos do artigo de Esmael Oliveira e Danilo Lopes, *Da (bio) política às biopotências: reflexões sobre as condições atuais das políticas públicas de saúde mental no Brasil*, em que os autores trazem à luz leis e normas técnicas que incorporam as lutas dos movimentos da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica que vão de encontro às práticas que reatualizam o velho “modelo de intervenção jurídico-policialesco”. Ao pensar a política pública de saúde mental, em pleno desmonte no cenário político-sanitário dos últimos anos, levando em conta experiências de usuários e profissionais, Oliveira e Lopes percebem a produção de discursos em que os serviços e políticas de saúde são defendidos como a supressão do indesejável, através da domesticação de corpos com práticas autoritárias e higienistas. As experiências singulares e seus sujeitos, defendidas pelos movimentos sociais, tornam-se descartáveis e são interditas frente a normatizações de uma “racionalidade moralista, higienista e policialesca”. Como antídoto a tal racionalidade biopolítica, os autores defendem a capacidade dos sujeitos e coletivos produzirem outras concepções de saúde e existência (biopotências).

A etnografia dos sujeitos e suas práticas na produção das instituições é, de certa forma, o objetivo do trabalho de Bruna Motta dos Santos, no artigo *O corpo nos contextos do cuidado: reflexões sobre as concepções no campo da enfermagem*. A autora mostra que, a despeito do trabalho da enfermagem ter grande influência do modelo biomédico, os aspectos psicológico, social, emocional e cultural do cotidiano da profissão ganham grande destaque quando se coloca em relevo a noção de cuidado tão cara a essas profissionais. O cuidado como uma prática que constitui o outro, em termos de sua integralidade, torna-se uma forma de distanciamento do mecanicismo biomédico em que os sujeitos tendem a ser despersonalizados frente à fisicalidade de seus corpos e à doença em primeiro plano. O cotidiano da enfermagem e sua abertura, para além da técnica, às reflexões subjetivas aponta mais uma vez para a saúde como uma extensa arena de disputas, um campo conflituoso de saber-poder, em que as ciências sociais e humanas em saúde reivindicam legitimidade e reconhecimento neste campo interdisciplinar da saúde pública.

Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) elaborou, em 1947, a definição de saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”, o campo biomédico deixou de ser o único a balizar a área, mas certamente não perdeu sua hegemonia. Como mostram Andréia Gimenes Amaro e Viviane Kraieski de Assunção, no artigo *Saúde e bem-estar nos ODS: problematizando os conceitos de saúde e doença a partir do diálogo entre saberes*, ao realizarem uma leitura etnográfica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como metas a serem cumpridas pelos países signatários. Um desses objetivos, focado na saúde, parece não reconhecer o conceito amplo de saúde defendido pela OMS e “reflete o conhecimento biomédico e atende aos interesses do modelo de desenvolvimento capitalista”. Ao desconsiderar esses outros conhecimentos e apostar numa “visão unilateral e reducionista incapaz de contemplar a multiplicidade das dimensões que integram os diferentes sujeitos e realidades vividas”, os ODS comprometem o próprio desenvolvimento

sustentável que propõem, uma vez que, ao falar em luta contra doenças e epidemias, não contempla a participação de campos de conhecimento como a Antropologia e as lições da interculturalidade. As autoras propõem a *intermedicalidade* como saída possível.

Os artigos do presente dossiê revelam antropologias da Saúde e do Corpo capazes de se renovar constantemente, a partir de novos trabalhos, sem desconsiderar caminhos teórico-metodológicos já trilhados e que têm consolidado o campo nas últimas décadas. Antropologias essas conectadas às emergências e aos imponderáveis da vida, num futuro sempre aberto e imprevisível. Enfim, além de contribuir com a socialização das reflexões contemporâneas sobre o corpo e saúde, esperamos que a leitura deste dossiê possa ser instigante e, ao mesmo tempo, que sirva de estímulo para o desenvolvimento de trabalhos futuros.

Referências

ALVES, Paulo César Alves; RABELO, Míriam Cristina. *Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Relume Dumará, 1998.

ARAÚJO, Reginaldo Silva de. *Doença falciforme: da politização pelo movimento negro como doença étnico-racial às associações representativas dos falcêmicos como doença específica*. Curitiba: Ed. CRV, 2017.

ARAÚJO, Reginaldo Silva de. *Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena no Brasil: dilemas, conflitos e alianças a partir da experiência do Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu*. Curitiba: Ed. CRV, 2019.

AURELIANO, Waleska de Araújo. *Compartilhando a experiência do câncer de mama: grupos de ajuda mútua e o universo social da mulher mastectomizada em Campina Grande –PB*. Dissertação. [Mestrado em Sociologia]. Universidade Federal da Paraíba, 2006.

AURELIANO, Waleska de Araújo. *Espiritualidade, Saúde e as Artes de Cura no Contemporâneo: indefinição de margens e busca de fronteiras em um centro terapêutico espírita no sul do Brasil*. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

AZIZE, Rogério Lopes. *A nova ordem cerebral: a concepção de 'pessoa' na difusão neurocientífica*. Tese. [Doutorado em Antropologia Social]. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 2010.

AZIZE, Rogério Lopes. *A química da qualidade de vida: uso de medicamentos e saúde em classes médias urbanas brasileiras*. Dissertação. [Mestrado em Antropologia Social]. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

BORGES, Susana Sandim. *Entre ruas, pedras e sujeitos uma etnografia sobre o Crack por trajetos cuiabanos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Mato Grosso, 2018.

CARNEIRO, Rosamaria. *Cenas de parto e políticas de corpo: uma etnografia de experiências femininas de parto humanizado*. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. Universidade Estadual de Campinas, 2011.

- CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: Eduerj/Edusp, 1998.
- CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- CHAZAN, Lilian. “Meio quilo de gente”: um estudo antropológico sobre ultrassom obstétrico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- CSORDAS, Thomas. *Corpo/Significado/Cultura*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel. *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. RJ: Fiocruz, 1998.
- FLEISCHER, Soraya. *Parteiras, buchudas e aperreios: Uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial em Melgaço, Pará*. Belém: Paka-Tatu; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- JEOLÁS, Leila Sollberguer. *Risco e prazer: os jovens e o imaginário da Aids*. Londrina: EDUEL, 2007.
- KNAUTH, Daniela Riva. *Os Caminhos da Cura: Sistema de representações e práticas sociais sobre doença e cura em uma vila de classes populares*. Dissertação [Mestrado em Antropologia Social]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.
- LE BRETON, David. *A Sociologia do Corpo*. Rio de Janeiro, Vozes, 2010.
- LEAL, Ondina Fachel. *Corpo e significado: Ensaio de Antropologia Social*. 2 ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 2001.
- LOYOLA, Maria Andréa. *Médicos e curandeiros: conflito social e saúde*. São Paulo: Difel, 1984.
- MALUF, Sônia W. “Antropologias e políticas em contextos de crise: saudades do futuro”. In: CASTRO, Rosana; ENGEL, Cíntia; MARTINS, Raysa. *Antropologias, saúde e contextos de crise*. Brasília: Sobrescrita, 2018. pp. 24-36.
- MALUF, Sônia Weidner. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. *Esboços*, 9 (9): 87-101, 2001.
- MALUF, Sônia Weidner; ANDRADE, Ana Paula Müller de. Entre políticas públicas e experiências sociais: impactos da pesquisa etnográfica no campo da saúde mental e suas múltiplas devoluções. *Saúde e Sociedade*, 26 (1): 171-182, 2017.
- MALUF, Sônia. W.; QUINAGLIA SILVA, Érica; SILVA, Marcos A. da. Antropologia da Saúde: entre práticas, saberes e políticas. *BIB*, São Paulo, 91: 1-38, 2020.
- MARTIN, Denise. *Riscos na prostituição: um olhar antropológico*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2003.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: CosacNaify, 2003.
- MIRANDA, Járede Oliver De. *Corpos Híbridos: O estranho como devir na Literatura Especulativa*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Mato Grosso, 2018.

MONTEIRO, Paula. *Da doença à desordem. A magia na umbanda*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

NAKAMURA, Eunice. *Depressão na infância: uma abordagem antropológica*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2016.

RABELO, Míriam Cristina; ALVES, Paulo Cesar Borges; SOUZA, Iara Maria. *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

SCHUSTER, Haydeé Tainá. *A dona da rua: Territorialização e Performance de gênero a partir da prostituição de travestis na baixada cuiabana*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Mato Grosso, 2018.

SEEGER, Anthony; DAMATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, 32: 2-19, 1979.

SILVEIRA, Maria Lucia da. *O nervo cala, o nervo fala: a linguagem da doença*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

TORNQUIST, Carmen Suzana. *Parto e poder: O movimento pela humanização do parto no Brasil*. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

VÍCTORA, Ceres Gomes. *Mulher, Sexualidade e Reprodução: Representações de Corpo em uma vila de classes populares em Porto Alegre*. Dissertação [Mestrado em Antropologia Social]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.